

O Congresso Constituinte de 1987-1988 Segundo os Editoriais da Folha De São Paulo: Um exercício interpretativo de análise do discurso¹

Ronaldo Ribeiro FERREIRA²
Doutorando

Resumo

A partir de um conjunto de editoriais publicados pela Folha de São Paulo ao longo da Constituinte de 1987-1988, o presente trabalho recorre à Análise do Discurso para compreender como o jornal avaliou os congressistas e os temas ali discutidos. Para tanto, procura conjugar três dimensões teóricas: a primeira se refere ao modelo de Couldry (2000) sobre a concentração de poder simbólico e de mediação social nas mídias; a segunda se refere aos instrumentos de legitimação do discurso conforme a proposta de Leewen (2007); adiciona-se às duas primeiras, as contribuições de Mondada e Dubois (2003) sobre a progressão referencial intertextual. As conclusões apontam que a articulação destas três formulações permite captar de maneira mais complexa o discurso produzido nesse período bem como lança luz sobre as intrincadas relações entre a mídia e sociedade.

Palavras-chave: História do Jornalismo; Análise do Discurso; Legitimação; Mídia e Sociedade.

1) Introdução

Nas manchetes dos jornais nos primeiros dias de 1987 pululavam destaques sobre a aceleração da inflação e a elevação do custo de vida, o crescimento da dívida externa, convocações para greves setoriais e o apelo das autoridades para um “pacto social nacional”. No *front* político, novos deputados federais e senadores eleitos nas eleições gerais diretas de 1986, preparavam-se para tomar posse – em primeiro de fevereiro – enquanto membros tanto do Congresso Nacional quanto da Assembleia Nacional Constituinte³ responsável pela elaboração de uma nova Constituição Federal, depois de longos 23 anos de um regime ditatorial. Nesse sentido, a despeito do incerto e desafiador

¹ Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Doutorando do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM/ESPM). Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). e-mail: ronaldo.ribeiro@gmail.com

³ Desde o mobilização pelas eleições diretas para a Presidência da República (as “Diretas Já”) a demanda popular majoritária era para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. No entanto, os acordos internos que levaram à eleição (ainda de forma indireta) do primeiro presidente civil (Tancredo Neves) acomodaram parte da ala conservadora do partido que dava sustentação ao regime militar e garantiu a aprovação, pela Emenda Constitucional n. 26 em novembro de 1985, a convocação de uma Constituinte Congressual. Referências adicionais podem ser consultadas em VERSIANI, Maria Helena. Uma República Constituinte (1985-1988). Revista Brasileira de História, v. 30, n 60, 2010, p.233-252.

processo que estava prestes a se iniciar, havia a disposição de enfrentá-lo na arena democrática que começava a se reorganizar.

Da data de sua instalação, até a conclusão de seus trabalhos, com a promulgação da nova Carta, passaram-se mais de 20 meses, período em que a cobertura dos meios de comunicação foi, justificadamente, intensa. Foco dos esforços analíticos deste trabalho, a Folha de São Paulo – então o jornal impresso de maior circulação no país – já havia, desde sua campanha à favor das eleições diretas, marcado sua posição editorial em relação aos novos rumos do país. Nesse sentido, o presente trabalho parte do seguinte problema: como a Folha avaliou a Constituinte de 1987-1988?

A resposta à esse questionamento será extraída de um conjunto de 16 editoriais publicados pelo jornal sobre os trabalhos constituintes entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988. No plano teórico-metodológico, propõe-se analisar esse objeto empírico a partir de uma articulação entre três perspectivas discursivas que se interlaçam na prática jornalística: uma delas diz respeito ao poder decorrente da mídia enquanto centro mediado da vida social (Couldry, 2000). Outra dimensão relevante são as estratégias de legitimação discursiva conforme proposto por Leeuwen (2007). Por fim, mas não menos importante, está a progressão referencial das narrativas que, conforme Mondada e Dubois (2003), constituem-se de recursos linguísticos destinados a produção de uma identidade entre textos que se referenciam à um objeto dinâmico.

Sendo assim, a problematização inicial posta na simples pergunta acima nos permite tanto refletir sobre as temáticas destacadas pela Folha em seus editoriais, bem como os juízos de valor utilizados na apresentação dos debates constituintes aos seus leitores, quanto possibilita também pensar como a Folha legitima-se no papel de mediadora/avaliadora da discussão, buscando incumbir-se enquanto um espaço necessário de validação da opinião pública.

Portanto, o objetivo do artigo é procurar compreender como os editoriais selecionados vinculam essas dimensões discursivas na avaliação de um documento que por sua magnitude forneceria (e ainda fornece) as diretrizes sob as quais se organizam a sociedade brasileira. Para atingir esse objetivo, o artigo está estruturado em três sessões além dessa breve introdução. A segunda, apresenta o arcabouço teórico da análise, articulando as discussões sobre o papel das mídias na sociedade, suas estratégias de legitimação e manutenção deste poder, e produção de uma identidade referencial nos discursos intertextuais. A terceira sessão apresenta o corpus da pesquisa conjuntamente

com a análise sobre o modo como a Folha de São Paulo apreciou em seus editoriais os trabalhos de redação na nova Constituição da República. Por fim, são sumarizadas algumas conclusões e possíveis encaminhamentos sobre os resultados da pesquisa.

2) Referencial Teórico

O primeiro passo na construção do referencial é compreender a centralidade da mídia na sociedade contemporânea e nesse sentido o modelo interpretativo apresentado por Couldry (2000). Neste trabalho o autor está procurando refletir sobre a concentração de poder simbólico na mídia. A partir de Bourdieu, o autor entende que este poder não é automático e precisa ser constantemente reproduzido, reafirmado. Nesse movimento de constante reafirmação, acaba-se criando a ilusão de que tal centralidade é natural, quando na verdade é o oposto: ela é naturalizada.

Uma vez no posto de “ponto de passagem obrigatório” para todos os aspectos da vida social, a mídia pode criar enquadramentos de determinados assuntos recorrentes segundo sua própria perspectiva, criando um critério de demarcação entre aqueles assuntos recorrentes e de domínio público, daqueles que são privados, particulares. Seu modelo baseia-se em quatro pilares: o enquadramento, o ordenamento, a capacidade de nomeação, a de espacialização/formatação do espaço social e a de imaginação.

No que se refere ao enquadramento, a mídia acomoda o social na medida em que delinea o que é de interesse coletivo (aquilo que está sob sua mediação) e aquilo que é privado, particular. A partir do enquadramento, a mídia consegue endereçar para um grande conjunto de audiências o mesmo tema. Isto permite criar um senso de “coletividade imediata e participação” que congrega vastas camadas da sociedade no momento imediato em que o evento está ocorrendo.

O ordenamento deriva em certa medida do enquadramento, do qual é resultado direto: a partir de determinado enquadramento, a mídia ordena, separa e distingue o que virá a constituir-se enquanto objeto “da sua” comunicação, em oposição àquele referenciado na comunicação entre “as pessoas comuns”. Tal perspectiva passa a ser a da mídia, a coletiva, e não necessariamente a mesma do dia-a-dia “fora” da mídia. Ainda que “o mundo da mídia” esteja contido “no mundo das pessoas comuns” essa distinção naturaliza o poder de classificação entre aquilo que pode ser enquadrado como digno de atenção coletiva e aquilo que não, hierarquizando esses dois domínios em favor do primeiro.

A nomeação aparece então como a capacidade de dar nomes, ou seja, classificar, descrever. A vida social pressupõe a existência de relações de confiança entre os indivíduos. Nesse sentido, sempre que não nos é possível conhecer diretamente a realidade sob a qual se vive, a “mediação” de “especialistas qualificados” se faz necessária. Na sociedade contemporânea cabe à mídia ser o repositório da palavra final dos especialistas. Exatamente daí sua posição como mediadora nas complexas relações estabelecidas entre indivíduos autônomos se justifica no discurso da objetividade e imparcialidade da mídia. Portanto, confia-se que a descrição do fato seja o próprio fato, tal qual nomeado.

Assim, enquanto enquadra, nomeia e com isso hierarquiza e segrega a realidade social em duas partes, a mídia também compartimentaliza os espaços. Para Couldry (2000) o pensar a produção e o consumo de conteúdos midiáticos enquanto etapas distintas do processo de circulação da informação é uma das formas de explicitar na prática cotidiana a segregação espacial entre aqueles que “apresentam” e aqueles que “assistem” aos fatos. A partir desse recorte, se justifica um conjunto de práticas que apenas na aparência estão ligados à fatores técnicos (acesso aos fatores de produção dos discursos midiáticos), mas que na verdade são reforçados enquanto mecanismos de concentração do poder simbólico.

A formatação espacial dos espaços sociais, acompanhada da nomeação, articulam-se no imaginário daqueles que não fazem parte do mundo da mídia. E aqui a resposta é ambígua: ao mesmo tempo que está delimitando qual é o “mundo da mídia” e o mundo das “pessoas comuns”, estabelecendo uma fronteira e se colocando enquanto fiscal desta, a mídia apresenta para as “pessoas comuns” o mundo sendo produzido também por “pessoas comuns”, tornadas “especiais” simplesmente porque não estão apenas no universo ordinário, mas também nesse espaço exclusivo. Assim, quem as assiste, percebe tanto seu lado “gente como agente” quanto, ao mesmo tempo, sua posição de destaque. No imaginário coletivo isso significa que o reconhecimento só pode vir pela mediação, já que é ela que possui esse poder mágico de “destacar” o “ordinário”.

Há aqui um interessante ponto de contato entre Couldry e Leewen (2007): para ambos a legitimação de um discurso está necessariamente ligado ao contexto social em que este foi produzido. Desta forma, só há que se falar em legitimação discursiva de modo contextual: em qual contexto tal prática é possível. Além do mais, em Leewen (2007), as estratégias de legitimação discursivas podem ser empregadas em diferentes tipos de

discurso, sejam eles textuais ou não. Isto posto, o autor desenvolve uma extensa taxinomia das formas de legitimação que podem ocorrer separadamente ou em múltiplas combinações em um discurso.

A primeira forma de legitimação é a autorização. Sob essa perspectiva, pode-se definir a legitimação discursiva em duas perguntas didaticamente apresentadas pelo autor: “Porque se faz isso e porque isto é feito desta maneira”. Em outras palavras, quem está na posição de autoridade e porquê. Sob a esfera da autorização, três estratégias distintas podem se apresentar: aquelas que apelam para a autoridade baseada no costume, na tradição e na conformidade (“as coisas são assim porque sempre foram”, ou “como todos agem dessa forma, o correto é continuar deste mesmo modo”); as baseadas na autoridade (pessoal de quem profere o discurso, ou na impessoalidade de uma norma jurídica ou regulatória) e por fim as baseadas na recomendação (de especialistas no assunto ou de “modelos” tomados como tipos ideias de performance desejada).

A segunda forma de legitimação classificada pelo autor é a do tipo “avaliação moral”. Ainda que essa seja uma estratégia de legitimação relativamente mais complexa de se exprimir em alguns discursos, já que sua origem está em juízos de valores que podem ou não ser percebidos pelo receptor da mensagem, os adjetivos como “saudável”, “normal”, “natural”, “útil” e etc. são bons sinalizadores de possíveis valores morais subjacentes ao texto. Esse tipo de estratégia também se subdivide em três categorias, quais sejam, a avaliação (caso em que a abundância destes adjetivos marcadores é notória); a abstração (que é uma possibilidade mais sutil de inserir um juízo de valor, fazendo-o através da substituição do caso objetivo por outro mais abstrato)⁴. e comparação, já que nesse caso é possível classificar quais são os resultados “positivos” e socialmente desejáveis” e separa-los daqueles que se deseja evitar.

As estratégias de legitimação pela racionalização buscam se opor às estratégias de avaliação moral ao menos na superfície do discurso. Um olhar mais atento, porém revela o quanto a racionalização também está ancorada em um conjunto de pressupostos morais tomados como axiomas, e que se deseja tornar implícitos à argumentação. Basicamente se dividem em dois grupos distintos: a racionalização instrumental e a racionalização teórica. A racionalização do primeiro tipo é aquela que se ancora na tradição utilitarista/pragmática do mundo ocidental: ela justifica que determinado discurso seja

⁴ Por exemplo, ao invés de afirmar que as crianças vão para a escola aos seis anos de idade, afirma-se genérica e abstratamente que “as crianças se tornam mais independentes”.

orientado ou à um fim, ou aos seus meios, ou ao seus efeitos (“para conseguir X, deve-se assumir Y” ou “para que se alcance X é necessário submeter-se à Y” ou ainda “Após Y, X estará mais próximo”). Já a racionalização do segundo tipo, toma forma enquanto definição, ou seja, estabelecimento de um significado causal entre objeto e seu significado (“ir à escola é um sinal de que a criança está crescendo”); enquanto explicação, que é a descrição de atributos genéricos que se aplicam a vários atores envolvidos em determinada questão (“as crianças aprendem na rotina”); ou ainda enquanto predição, ou seja, baseia-se na *expertise* prática aplicada sob determinada questão (“não se preocupe caso seu filho chore no primeiro dia de aula. O choro logo passa”).

Por fim, mas não menos importante, está a estratégia chamada de mythopoesis, que pode ser definida como uma legitimação que é conseguida através de uma narrativa, ficcional ou não. Essas narrativas orientam em sua forma mitológica um determinado modo de ação. Essa por sua vez se divide em duas possibilidades: a) a história com moral (e geralmente com final feliz) e/ou b) os “contos de advertência” que mostram exatamente o que não fazer.

Mas como manter a coerência discursiva em relação ao um objeto que é dinâmico? Uma das formas que o discurso jornalístico encontra para a manutenção dessa coerência é o recurso da repetição, visando manter a atenção do leitor (PENA, 2005). Já para Mondada e Debois (2003), todo discurso contém um objeto ao qual se referencia e é apresentado ao leitor no contexto da própria construção do discurso. Esse pode ser relativo tanto à um único texto ou a um conjunto de textos e outras formas discursivas conexas e se constitui de três momentos fundamentais: a introdução do objeto, sua retomada ou manutenção ao longo do discurso e sua desfocalização, ou seja, a introdução de um novo objeto, que desloca a atenção do leitor do primeiro para o segundo. A introdução de um objeto, tido como referencial, pode se dar tanto pelo uso de anáforas – de modo retrospectivo – e/ou por catáforas – por adiantamento. A progressão referencial ocorre quando se cria uma cadeia de anáforas e catáforas associativas.

Para Koch (2008), a construção de um referencial necessariamente depende do repertório à disposição do leitor de modo que quanto mais familiarizado é este em relação ao referente do discurso que está consumindo, maiores são as possibilidades linguísticas a disposição do autor do texto para se referir àquele objeto. Por isso que as progressões referenciais podem assumir várias formas na língua, sendo as mais comuns aquelas que apelam para o emprego de pronomes ou elipses mas podem também assumir a forma de

expressões nominais que apenas “sugerem querer dizer” algo. Isso significa dizer que uma das possibilidades de progressão referencial assenta-se sobre a própria capacidade de nominalização, recategorização do enunciado de modo à imprimir-lhe novos sentidos. Outrossim, para Dias (2016), a predicação também se coloca enquanto uma possibilidade.

Na próxima sessão, apresentaremos o corpus do trabalho e seguiremos com uma análise preliminar sobre seu conteúdo e em seguida sobre o discurso aí contido, buscando sempre articular como as possibilidades linguísticas para a progressão referencial intertextual – a repetição, nominalização, recategorização e predicação – podem ser combinadas com as estratégias de legitimação tanto do discurso quanto aquelas relativas a concentração de poder simbólico da mídia.

3 – Descrição do Corpus e Análise do Discurso

O corpus deste trabalho constitui-se de 16 editoriais publicados na página A-2 do primeiro caderno da Folha de São Paulo entre os dias 31 de janeiro de 1987 e 5 de outubro de 1988. Esses textos foram recolhidos a partir da sua referência à eventos importantes ocorridos em Brasília e que foram destacados pela própria Folha em um caderno especial publicado dias após a promulgação do texto final, enquanto uma “linha do tempo” retrospectiva. Recorreu-se à essa estratégia pois assim foi possível percorrer os mais de seiscentos e dez dias dos trabalhos do Congresso Constituinte através de uma lupa criada pela própria cobertura jornalística da Folha.

A busca ao acervo do jornal foi direcionada às edições do dia posterior ao acontecimento em destaque. O primeiro critério de seleção foi encontrar na capa do jornal, na sessão respectiva que destaca os editoriais contidos na edição, se algum destes faziam referência direta à Constituinte. Por duas ocasiões, não foi possível encontrar um editorial com tais características. No entanto, adicionou-se o editorial produzido no dia anterior ao início dos trabalhos (o primeiro a compor o corpus) além de outros quatro textos: um publicado no mesmo dia em que foram transcritos em versão integral o Anteprojeto da Constituição⁵; outro na mesma edição da publicação do Texto Integral do documento após sua promulgação; e dois publicados com um espaço de dois dias em relação ao fato que lhe deram origem. Esses quatro textos foram incluídos em função da sua explícita adequação à temática proposta, e pelo fato de que três deles ocupam a totalidade da página

⁵ Texto redigido pela Comissão de Sistematização, após as discussões das subcomissões legislativas criadas para áreas específicas.

destinada aos editoriais; além disto, um deles, em específico, marca um episódio de grande relevância política, como veremos⁶.

A partir de uma leitura flutuante de cada texto individualmente, eles foram separados em quatro períodos distintos. Se por um lado esse procedimento justifica-se pois facilita a exposição, de outro, ele demarca a evolução histórica de um referencial discursivo ao longo de todo corpus. Cabe ressaltar que o objetivo aqui é demonstrar como é possível compreender os editoriais sob o prisma triplo da proposta teórica discutida.

O conjunto dos cinco primeiros editoriais é bastante crítico e concentra-se especialmente no ataque à organização da Constituinte na sua forma Congressual. Em pleno contexto de redemocratização, reabilitação das instâncias político-deliberativas e elaboração de um novo pacto político nacional, a manobra das duas casas do Congresso⁷ foi vista como “uma inaceitável falta de respeito por uma instituição básica da democracia” (O Congresso Fechado) e a consolidação de um “Congresso perdido, fechado e sem funções (...) num clima de “total desordem, arbítrio, falta de clareza quanto às tarefas constitucionais e descaso com os deveres do Poder Legislativo” (Mau Começo).

Oportunismo, despreparo, ignorância, inaptidão são apenas alguns adjetivos atribuídos aos Congressistas (O Papel dos Constituintes) e que nos editoriais seguintes vão se transmutar em baixa representatividade, corporativismo, tendências irrealistas e demagogia nas propostas (Ficção Constitucional).

Nem mesmo quando o editorial “Iniciativas Constituintes” ensaia elogiar a proposta de maior participação popular, as “ressalvas” feitas são tão numerosas, atacando inclusive o próprio conceito de participação popular direta, e justificam-se pela necessidade de “eliminação de projetos dos mais confusos”, ancorados em “interesses nem sempre lícitos” alertando para a necessidade de “tomar cuidado com a possibilidade de abusos”.

Do ponto de vista da progressão referencial, fica evidente que a postura da Folha em reação às opções do Congresso nos primeiros dias se mantêm como núcleo do argumento contrário à organização da Constituinte nessa primeira fase. Esse referencial

⁶ O corpus desse trabalho foi composto por editoriais de várias edições da Folha de São Paulo publicados entre 31 de Janeiro de 1987 e 6 de Outubro de 1988. A compilação está disponível em < https://1drv.ms/f/s!AtOu8Im_cDD6gbV5jmJBWqPUMX0zFw >

⁷ Ocorre que, diante de funções duplas, a redação da nova Constituição e as atribuições legislativas de fiscalização e controle das ações do Poder Executivo, já nos primeiros dias após a posse, tanto o Senado Federal quanto à Câmara dos Deputados abdicaram-se das suas funções ordinárias em nome da Constituinte. Com isso, o Presidente da República, José Sarney, viu-se autorizado a governar sobre a forma de Decretos-Lei, um instrumento centralizador de poder nas mãos do chefe do Executivo que fora amplamente utilizado pelos presidentes militares desde o AI-5.

negativo transborda, ainda nesses instantes iniciais para as iniciativas temáticas que emergem dessas primeiras sessões. Essa postura discursiva é legitimada por fortes valores morais que associam a prática política à malfeitos e oportunismos múltiplos. No único editorial em que há de fato uma proposta – Ficção Constitucional – relativa à necessidade de uma ampla reforma tributária, esses juízos morais são associados à uma estratégia de autorização típica daquela defendida pelos especialistas da área econômica: “A miséria precisa ser combatida não por artigos constitucionais, mas sim por iniciativas como uma radical reforma tributária”. Uma racionalidade instrumental justifica esse enunciado: “é preciso reformar as instituições livres”. Também é possível notar como a resposta da Folha à esses instantes iniciais também é coerente com sua posição auto referenciada de “guardião da democracia”: a despeito das manobras dos congressistas em Brasília, “com as preocupações mais amargas, a Folha se engaja na cobertura dos trabalhos constitucionais” (O Papel dos Constituintes). Engajamento que convertido em ordenamento e nomeação, vê perigos democráticos na participação popular (sic). Poder-se-ia levantar a hipótese de que esse paradoxo apenas deixa transparecer um forte desejo de formatação dos espaços sociais para a discussão pública – com consequências para o imaginário do possível – tarefa essa que é estrutural para a Folha enquanto veículo da mídia.

O segundo conjunto de editoriais é constituído de três textos do ano de 1987: Delírios Constituintes, Deus e a Constituição e Idiotia Agrária⁸. Nesse momento, as críticas contidas nos editoriais tanto se generalizam em direção aos temas relacionados à organização econômica e social quanto ganham contornos mais fortes.

Em Delírios Constitucionais, a Folha afirma que “relatores sem representatividade aproveitam-se do momento oportuno para impor suas ideias particulares”, que são na verdade “devaneios políticos”. Dentre essas ideias estão aquelas que representam “um ranço inaceitável de xenofobia, uma vontade incontida de inviabilizar a livre iniciativa no Brasil e um apego desmesurado aos interesses corporativos”, tais quais “uma inútil justiça agrária e a incompetente proposta de limitação das terras rurais” um “atentado contra a propriedade privada”. O mesmo editorial prevê que a única alternativa possível à esse movimento seja uma “reação conservadora reagindo aos exageros verificados”, recolocando a Constituinte nas “aspirações do país”.

⁸ Esse período marca o início das discussões de propostas nas subcomissões temáticas até o fim dos trabalhos da Comissão de Sistematização do texto final.

O tema da reforma agrária voltará ao destaque com o editorial de 12 de novembro, que classifica tal intento como “persecutório, rancoroso e anacrônico preconceito contra a livre iniciativa”. Finaliza classificando a proposta como um “delírio distributivista, frêmito desapropriante e estupidez de um grupo que pretende moldar a estrutura agrária brasileira segundo seus preconceitos e arbítrios”, infelizmente acolhidos na Comissão de Sistematização.

Entre esses dois editoriais, há um bastante pontual sobre a inclusão de referências à Deus no preâmbulo do texto constitucional, ao qual a Folha entende não haver “argumentos que justifiquem” esse preceito “anacrônico e inaceitável”.

Novamente aqui a Folha está recorrendo à argumentos de autoridade para desqualificar um debate a partir de juízos de valores ancorados na naturalização de certas dinâmicas sociais: a grande propriedade agrícola “sempre” garantiu a produção de alimentos, logo deve ser mantida; “não se reconhece o óbvio”, sustenta Idiotia Agrária. Outra estratégia detectável, desta vez em Delírios Constituintes, está a mythopoeses de Leewen (2007): apenas uma reação conservadora conseguira acabar com esses delírios. Resta saber se isso é uma ameaça ou uma lição moral. Ao mesmo tempo, essa mesma autoridade reafirma a capacidade de enquadramento e ordenamento do debate na esfera pública: é preciso mobilizar agentes políticos conservadores na defesa dos inalienáveis direitos da propriedade. Historicamente é em nome da propriedade que a segregação do espaço social se justifica, que os homens ordinários são colocados “no seu lugar” e que os formadores de opinião – aqui incluídos os proprietários dos mídias – merecem destaque. Por fim, mas não menos importante, os três textos em tela mantêm uma progressão discursiva em relação a um referente já construído no imaginário do leitor: um Congresso Constituinte descaracterizado, perdido em suas funções, e preocupado apenas com seus interesses particulares.

O terceiro conjunto de textos compreende quatro editoriais publicados entre novembro de 1987 e junho de 1988. O primeiro deles, Projeto de Constituição, refletia sobre o texto preliminar elaborado pela Comissão de Sistematização, publicado na íntegra na Folha do dia anterior. Trata-se de um editorial que ocupa toda a página destinada à esses textos opinativos e se propõe a fazer um balanço de vários temas. Exatamente por essa característica, é um texto que destaca tanto pontos negativos como pontos positivos, por isso considerado moderado.

Suas críticas assentam-se à “xenofobia no tocante a destinação de derivados do petróleo”, a “irresponsabilidade” da “desapropriação de terras, a semana de 44 horas, a aposentadoria com valor igual ao último salário” que caracterizam um contexto “demagógico, utópico e hostil ao dinamismo econômico”, confiando no “retrógrado paternalismo” do Estado.

Já seus elogios concentram-se na “louvável decisão de estabelecer plenamente o sistema de mérito na administração pública”, no fim da limitação ao número de divórcios, no fim da censura prévia e da garantia da imprescrição dos crimes de tortura, na transparência orçamentária, e na previsão de um imposto sobre grandes fortunas. O longo texto termina exaltando o vigor do processo político no qual as discussões no parlamento tem ocorrido, de modo a valorizar um equilíbrio democrático das forças através do consenso.

O editorial seguinte, A Força do Plenário, merece grande destaque. Aqui, pela primeira vez, é possível notar um claro aval positivo por parte da Folha. O texto versava sobre as consequências de uma alteração no regimento do Congresso Constituinte articulado por um grupo de parlamentares “não alinhados” nem com a ala que restava dos representantes do período militar e nem com os novos congressistas eleitos com plataformas de esquerda. O “centrão” apresentava-se como um grupo de políticos experientes e conciliadores, inclinados à eliminar as propostas ideologicamente mais controversas do texto. Para isso, o grupo conseguiu incluir novas propostas básicas ao texto, mesmo após o fim dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

A Folha sentiu-se aliviada com o movimento já que este viria “expurgar os absurdos e utopias da Comissão de Sistematização”, apresentando um texto “mais realista” e “cabível à realidade brasileira”. O “perigo de radicalização dos debates” seria acalmado, restando “as concepções, o voluntarismo e a imprevidência de um grupo minoritário”. Consenso e conciliação deveriam ditar o caminho à seguir.

Os dois editoriais seguintes, Absurdos no Varejo e O Melhor dos Mundos, voltam a concentrar os ataques à questões pontuais do texto. O primeiro, critica “os absurdos, ingenuidades e lances de humorismo involuntário” da nova carta, baseada em “ideias descabidas” de um “redistributivismo social”. Referia-se explicitamente à “concessão de privilégios” para algumas carreiras públicas e o confisco de terras de propriedades onde fosse encontradas plantações de maconha. O segundo texto, tem como foco a previdência social, pensada como se o Brasil “fosse um país de economia desenvolvida”. Se aprovado

dessa forma, as consequências seriam “aprofundar as debilidades do sistema produtivo, gerar déficit público e estagnação econômica”. Enfim, as “intenções generosas colidiam com a realidade que, mais do que nunca, impõe recursos escassos”.

Se momentaneamente abstrairmos a existência do editorial positivo sobre o “centrão”, fica perceptível notar que as críticas da Folha nesse momento se direcionam à um ponto bem específico do texto: os direitos sociais (previdenciários, trabalhistas e/ou assistenciais). Ainda que os editoriais valorizem os direitos individuais, na medida em que estes exigem desembolso ou algum tipo de intervenção do Estado no mecanismo de mercado, estes passam a ser combatidos com os adjetivos mais jocosos. Pode-se entender então que, para a Folha, na mais perfeita sintonia com o pensamento liberal brasileiro, os direitos civis e os direitos sociais estão apartados e, sempre que se chocarem com os direitos de propriedade, devem ser postos nos espaços mais baixos da hierarquia. Nessa concepção de mundo, uns necessariamente possuem mais direitos que outros e a sociedade pode ser compartimentalizada social, geográfica e imaginativamente. A mediação entre esses setores estanques deve ser feita ou pelo mercado, caso se aborde pela esfera do consumo, ou pela mídia, caso se refira à esfera cultural. Esse tipo de discurso é legitimado tanto por uma orientação moral, quanto por todo discurso econômico *mainstream* e também pelas fábulas que exaltam o esforço individual. Intertextualmente, uma nova camada do referente crítico aos trabalhos dos constituintes é adicionada: os confusos constituintes corporativistas querem intervir na ordem natural das relações econômicas, o que pode vir a impedir o desenvolvimento do país. Aqui, a posição liberal do jornal, desde a origem implícita, está agora cristalina.

Mas de modo algum o editorial sobre o “centrão” representa um ponto de inflexão nessas lógicas. Ao contrário: a Folha clama há algum tempo pelo surgimento de uma posição moderada e conciliadora: seu leitor está atento à necessidade de se evitar excessos e “idiotias irrealizáveis”. Por outra perspectiva, o surgimento desse grupo consolida na narrativa a necessidade de uma “lição moral”. A história política brasileira é construída sob a conciliação de tensões latentes sempre com a ajuda das forças conservadoras, ora mais dispostas ao diálogo, ora não. Ainda, quando a Folha acolhe o centrão, reafirma que seu enquadramento do mundo realmente se impõe sobre a realidade e se posiciona como um ator político relevante, centralizador de demandas de uma parte da sociedade que se via angustiada com os desvaneios de um grupo minoritário a ameaçar o futuro do país.

Os próximos quatro editoriais – O Texto Possível, O Significado da Constituição, O Fim da Transição e A Aceitação da Carta –, consolidam a tendência da análise acima: os dois primeiros, ambos editoriais de página inteira, e ambos comprometidos com um balanço do texto final da Carta, equilibram-se entre os elogios às conquistas individuais e o fim do arcabouço legal que ainda restava do regime militar, com a crítica à “particularismos” que “implicam custos”. Celebram a conciliação de “agendas ideológicas dos anos 1950”, com a “organização livre e democrática dos interesses”.

Por seu turno, os dois últimos editoriais que compõe o corpos são otimistas: saúdam a “superação do antigo regime”, a “modernização econômica” e a “incorporação do mercado”, afastam os “prognósticos pessimistas” ainda que possam vir “dificuldades no futuro”. Apesar da ausência de editoriais completamente críticos, como visto nos três momentos anteriores, a progressão discursiva é garantida pelo novo elemento inserido anteriormente: a conciliação e a suavização dos excessos garantido pela entrada em campo do “centrão”. Obviamente que concessões foram feitas e o “texto possível” ainda mantém traços que não se devem louvar, mas a articulação política garantiu ao país o comprimento de mais essa tarefa. Do ponto de vista da legitimação, a racionalização de todo percurso permite vislumbrar um ponto de chegada e o início de uma nova normalidade democrática. Não aquela prevista no início, um país ingovernável, mais uma “nova” sociedade costurada sobre os mesmos valores morais do arcaísmo e da modernidade que desde sempre nos formou. Por sua vez, quando a Folha decide aposentar suas críticas jocosas em nome de outras sempre acompanhadas de elogios ao Texto Constitucional, ela se reposiciona na nova ordem jurídica do país como uma instituição imparcial que realiza uma “avaliação fria e isenta”, ponderada. Exatamente por isso, centralizadora das mediações sociais entre os agente dos dois lados do aspecto político, arena dos debates do amanhã que está nascendo.

5 – À Guisa de Conclusão

Analisados enquanto um conjunto de textos opinativos produzidos sobre um objeto em construção simultânea, a análise indica que a Folha utiliza-se recorrentemente de estratégias de legitimação ligadas à autoridade baseada na tradição, nas que se originam no modelo idealmente pensado pelos “formadores de opinião” e na comparação com cenários possíveis associados à escolhas do presente. Sua estratégia de avaliação moral perpassa a construção de um discurso carregado de juízos de valores e adjetivos

caricaturescos, mas também se sustenta, especialmente naqueles editoriais que se dedicam à um único tema, no uso recorrente de analogias ligadas à comparações de cenários polarizados entre o positivo e o negativo. No que se refere ao uso da racionalização, a Folha está a todo momento presa à uma racionalidade instrumental preocupada apenas com os efeitos econômicos que a nova Constituição terá. Não se pode deixar de pontuar que a avaliação aqui é quase sempre negativa já que por vários momentos a possibilidade de ampliação dos direitos sociais colocaria em cheque a lógica de mediação positiva, ou seja, aquela exclusivamente mediada pelo mercado. Por fim mas não menos importante, a mythopoesis também é utilizada especialmente no apelo ao surgimento de e no afago à posições moderadas e conciliatórias que suavizem os excessos de setores radicalizados. A ameaça moral é de que caso contrário, os esforços modernizantes sejam postos em riscos, atrasando o retorno à normalidade política.

A unidade dessa argumentação é muito coerente ao longo dos textos, ainda que dinâmica, ou seja, adaptável às condições objetivas das deliberações políticas em Brasília. Em um primeiro momento, o referente textual é a própria Constituinte em sua forma congressual, as articulações e acordos iniciais que, ao frustrarem as expectativas do jornal, são predicadas com tons bastante críticos. Esse modo de organização, sob a batuta destes congressistas, acaba por refletir na qualidade das discussões temáticas iniciais: irrealistas e retrógradas. Mas sob a liderança política de uma força representativa e organizada, o centrão, os debates são reposicionados e as posições mais favoráveis à livre iniciativa passam a ser discutidos, o que contrabalança alguns excessos cometidos no início e produz um texto possível, ainda que contraditório.

Ao mesmo tempo, retomando Couldry (2000), ao longo de todo processo discursivo, a Folha não abre mão de sua posição de mediadora em todos os debates públicos: o jornal enquadra sua cobertura desde o início por uma perspectiva crítica que, sob outros termos, pode ser entendida como independente. Desta posição, os editoriais conseguem classificar quais temas são relevantes e expô-los à escrutínio público, a partir de seus próprios valores morais e ideológicos: a defesa aos valores do pensamento liberal brasileiro estão presentes desde as primeiras críticas e condicionam o debate. A Constituição é vista como um momento oportuno para refundação do pacto democrático e institucionalização política mas não deve aprofundar-se sob temas sociais que representem uma maior intervenção do Estado na economia e/ou aumento dos gastos públicos. Afinal, no enquadramento produzido pelo discurso da Folha esses são dois

domínios distintos. Ao adotar essa posição, o jornal se posiciona perante a base de seus leitores que compartilham essa mesma visão de mundo e portanto coloca-se enquanto legítimo representante de uma parcela da sociedade.

O corolário que se retira dessas reflexões, à luz da problematização inicial proposta, é que a Folha de São Paulo, ao longo dos 16 editoriais selecionados nesse corpus, produziu um intrincado discurso que legitimava, ao mesmo tempo, sua posição central de mediadora do debate público da redemocratização do país, mas também ratificava a validade social do próprio discurso jornalístico opinativo produzido. Esse duplo movimento discursivo está costurado com uma coerente narrativa construída ao longo de mais de vinte meses visando sustentar as posições político ideológicas que permitissem ao jornal posicionar suas bandeiras e interesses enquanto veículo de imprensa. No desenrolar dessa intrincada trama de poder simbólico, “o que a Folha pensou” sobre os temas constituintes refletiu de maneira complexa nas disputas ao redor da nova Carta Magna. Ao validar, direcionar e justificar um papel nesse momento histórico relevante, a Folha colocou-se ativamente enquanto um agente representativo da sociedade brasileira tanto quanto os congressistas reunidos no Congresso Constituinte.

Referências

COULDRY, Nick. *The Place of Media Power: Pilgrims and witnesses of media age*. London: Routledge, 2000.

DIAS, Karina Melgado. *Progressão Referencial Entre Textos na Cobertura Jornalística Contínua*. Dissertação (mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp, Campinas, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Várias edições. Jan. 1987 – Out. 1988. Disponível em < acervo.folha.com.br >. Acesso em 10/05/2021.

KOCH, Ingedore Villaça. Como se Constroem e Reconstroem os Objetos de Discurso. *Revista Investigações*. V. 21, n. 2, 2008, p. 99-114.

LEEuwEN, Theo Van. Legitimation in Discourse and Communication: Discourse & Communication, v1. n. 1, p. 91-112, 2007. Disponível em < <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1750481307071986> >. Acesso em 29/05/2021.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção de Objetos de Discurso e Categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.